Sumário

Apresentação 13

Introdução
A mudança de paradigmas. O Estado Democrático de Direito e a atividade administrativa pública 17
1 A infra-estrutura das revoluções 17
2 Novos paradigmas do Estado Democrático de Direito 19
2.1 Os direitos do homem e o retorno do humanismo 19
2.2 A revolução juspolítica da democracia material 20
3 O impacto dos novos paradigmas 21
3.1 O retorno da confiança nas potencialidades da sociedade 21
3.2 Constitucionalização da nova postura 23
4 Uma ligeira observação hermenêutica 24
5 O propósito desta obra 28

Capítulo 1
O paradigma da legitimidade 33
1.1 Uma etiologia do conceito pós-moderno de legitimidade a partir de qualificações antropológicas do consenso 33
1.1.1 Introdução 33
1.1.2 A gênese das instituições 34
1.1.3 O consenso e a instituição 36
1.1.4 Dois tipos de legitimidade 39
1.2 O conteúdo sociojurídico do Estado Democrático de Direito 42
1.3 Sumariando, à guisa de conclusão parcial 45

Capítulo 2
O paradigma da finalidade 49
2.1 A superação do racionalismo e o reencontro do homem: os direitos fundamentais 49
2.1.1 A herança do racionalismo 49
2.1.2 Os direitos fundamentais e a Constituição 51
2.2 A sociologia da era da comunicação 52
2.2.1 A rede informacional 52
2.2.2 Da pirâmide à rede 53
2.3 Ética, poder e consenso 56

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.4 O novo humanismo e a legitimidade do poder 60
2.4.1 Voltando à globalização 60
2.4.2 A referência legitimatória do poder 62
2.4.3 A referência legitimatória do direito 66
2.5 Os fatores de mudança e o novo discurso juspolítico 67
2.5.1 Fatores de mudança 67
2.5.2 O novo constitucionalismo e o Estado Democrático de Direito ... 70
2.6 A acomodação metodológica do novo Direito 73
2.7 O deslocamento do eixo juspolítico pela mudança de finalidades 76
2.8 Conclusões, perspectivas e dúvidas 79
2.8.1 Fundamentação 79
2.8.2 A universalidade 80
2.8.3 A utilidade 80
2.8.4 O futuro 81
2.9 A redescoberta dos valores e das finalidades: a reinvenção da principiologia jurídica 84
2.9.1 Conceito de princípios 84
2.9.2 Eficácia dos princípios 87
2.9.2.1 Eficácia imediata 88
2.9.2.2 Eficácia mediata 88
2.9.3 Hierarquização e classificação dos princípios 89
2.9.4 Aplicação dos princípios jurídicos 91
2.10 A finalidade nos princípios 93

Capítulo 3
O paradigma da eficiência 95
3.1 Introdução 95
3.2 A História, o mito e a crítica 96
3.3 Ainda a globalização 99
3.4 O Estado em mutação 103
3.5 A revolução da teoria funcional no Direito Público 110
3.5.1 Uma pequena introdução ao tema 110
3.5.2 O discurso do público 112
3.5.3 Renovados valores jurídicos para um Direito Administrativo no Estado em transformação 113
3.6 Eficiência legislativa e eficiência judicativa 116

Capítulo 4
O paradigma do resultado 123
4.1 Planejamento, programação e orçamentação como o devido processo constitucional de formulação de políticas públicas ... 123

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.2 Resultados, democracia e economia 126
4.3 Resultados, racionalização das atividades de governo e neoconstitucionalismo 130
4.4 A administração de resultado 133
4.5 O resultado administrativo 135
4.6 Com o conceito de juridicidade do resultado, amplia-se o espectro do controle 136
4.7 As sociedades de risco e o benefício do controle ampliado aos resultados 140

À guisa de epílogo 145

Referências 149

Índice onomástico 155

Índice de assuntos 157

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br